

PROJECTO DE INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE EDUCATIVA NA
MANUTENÇÃO DO PATRIMÓNIO ESCOLAR:
PRINCÍPIOS E PRÁTICAS

ÍNDICE

I –Antecedentes	3
II – O envolvimento da comunidade educativa na preservação do Património Escolar: princípios e práticas	3
1 - Princípios	3
2 - Práticas	7
III - Objectivos do projecto de preservação e manutenção do património escolar	9
IV - Desenvolvimento do projecto	10
Sub-projecto 1 - A gestão da manutenção dos EE: visão; missão; os objectivos e metas da manutenção	10
Sub-projecto 2 - Formação e capacitação de agentes activos	11
Sub-projecto 3 - Identificação da legislação nacional em vigor sobre preservação do património escolar público	12
V- Produtos esperados	13
VI- Apresentação pública dos produtos	14
VII- Estrutura organizativa	14
VIII - Plano de acção	15
IX- Intervenientes no projecto: identificação e descrição das responsabilidades	17
X -Resultados e produtos	18
XI - Encargos financeiros	19
XII - Contactos	19
Anexo 1 - Encargos financeiros	20
Anexo 2 - Currículos Vitae	21

I –Antecedentes

Em 15 de Setembro de 2011, foi entregue para apreciação um esboço do presente Projecto de Investigação & Desenvolvimento, tendo-se iniciado a investigação preliminar para o seu desenvolvimento, no que respeita a recursos humanos, actividades a desenvolver e pertinência no estado actual das artes.

Encontram-se concluídas algumas tarefas enunciadas na Fase Preliminar, como seja a pesquisa e sistematização da legislação nacional relacionada com a temática, a definição dos objectivos e a caracterização e escolha da escola, bem como os demais requisitos necessários à apreciação da presente proposta.

Também foi possível inventariar os parâmetros fundamentais sobre que incidirá a investigação em sede de manutenção preventiva e sucessiva, bem como determinar as melhores formas da intervenção das comunidades locais na preservação do património reabilitado.

Encontra-se assim a equipe de trabalho em condições de apresentar um documento de Proposta que desenvolve de modo agregado o Projecto e especifica os aspectos essenciais do seu desenvolvimento.

II – O envolvimento da comunidade educativa na preservação do Património Escolar: princípios e práticas

1- Princípios

O desenvolvimento espiritual físico e mental do ser humano assenta na existência de um ambiente harmonioso e ecologicamente sustentado do qual faça parte integrante. Este facto tem sido encarado pela sociedade como um princípio de acção, que se estende aos mais diversos domínios da actividade social incluindo, necessariamente, a educativa.

A referência a ambiente, ao ambiente de pertença, inclui aspectos que vão desde os recursos necessários à vida, como a água, florestas, atmosfera, e todo o equilíbrio ecológico que se espera da preservação da natureza, mas também os aspectos que resultam da produção científica e cultural da humanidade.

Por essa razão o património constitui um factor cuja preservação se impõe nas políticas de protecção ambiental.

É commumente aceite que "património" é uma herança cultural que se recebe do passado, como um bem valioso, para usufruto das gerações presentes e futuras.

Inicialmente considerada como o processo de manutenção de monumentos e edifícios, alargou-se durante os séculos XIX e XX a todos os sectores da actividade humana, no sentido de proporcionar usufruto de bens fundamentais para o desenvolvimento social.

A preocupação com o património está, pois, necessariamente presente nas preocupações das políticas educativas, conscientes que o ambiente físico, ou seja, as instalações, equipamentos e bens móveis, são factor importante no desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem. Essa preocupação expressa-se no Estatuto do aluno: "A responsabilidade disciplinar dos alunos implica o respeito integral do presente Estatuto, do regulamento interno da escola, do património da mesma, dos demais alunos, funcionários e em especial dos professores", nº 2 do artigo 7º, da Lei 39/2010, de 2 de Setembro;

E é incluída nos Regulamentos de Escola, que referem, entre outros, os direitos e deveres dos alunos inerentes à especificidade da vivência escolar, na

a) "... utilização das instalações ..."

b) "... acesso às instalações e espaços escolares ...", etc.

Por outro lado, a complexidade das sociedades modernas, e a evolução das inovações tecnológicas, aumentam as exigências dos equipamentos e instalações específicas das aprendizagens.

É um facto que todo o meio ambiente carece de preservação, porque os recursos, naturais, físicos e económicos, não são inesgotáveis. Dentro desta convicção situa-se a preocupação do desenvolvimento sustentável, que inclui não gastar para além daquilo que pode ser repostado o que, aplicado ao ambiente escolar, significará manter o maior número de equipamentos possíveis nas melhores condições da sua utilização.

Trata-se não só de manter a integridade física e cultural dos espaços escolares, património valioso dentro de uma sociedade, de valorizar o sentimento de pertença e de apropriação pela comunidade envolvente, mas também de proteger os aspectos da economia de recursos disponíveis.

Hoje em dia os edifícios escolares servem muitos propósitos: das actividades lectivas às de lazer da população discente, até ao usufruto de espaços que as comunidades de vizinhança utilizam em acções de variadas índoles, quer individuais quer colectivas.

Por essa razão se entende que a manutenção e preservação do património escolar é uma área de acção que exige um conjunto de medidas e práticas organizadas em torno de actividades a lançar na comunidade educativa e escolar.

A concretização de um projecto de desenvolvimento da boa gestão e conservação do património escolar passa pela dimensão da Cidadania na Educação; sendo um tema que atravessa as várias actividades, curriculares e extracurriculares, e que inclui aspectos tão diversos como a organização dos estabelecimentos de ensino, as oportunidades de participação dos jovens no seu processo educativo, as competências das comunidades de pertença das escolas e das associações de pais, importa que as actividades reconheçam e traduzam três grandes princípios:

1- O princípio da responsabilidade: só com a consciencialização do papel de cada um enquanto indivíduo que age e do compromisso social que a interacção com os outros exige, se podem estabelecer regras de conduta e um ethos cultural colectivamente interiorizado e assumido. Em última instância, é o sentido da responsabilidade que socializa as pessoas e as constitui como membros de uma sociedade civil actuante e comprometida. Para que esta capacidade seja assumida, "... as crianças e jovens necessitam adquirir e usar competências muito específicas, que nem sempre estão presentes em projectos de sala de aula: pensamento crítico, criatividade e trabalho em conjunto; elas devem pensar e actuar como empresários, ou seja, criar um plano, desenvolvê-lo e trabalhar sobre ele.", in (<http://oeodeducationtoday.blogspot.com/>).

É pois importante situar o aluno frente à experiência da aprendizagem, inculcando-lhe uma atitude de responsabilidade e independência em que não haja necessidade de recorrer a castigos, ameaças, relatórios à família (tantas vezes ausente ou ignorada nas responsabilidades da escola) mas, pelo contrário, se incentivem ideias e propostas, debates e partilhas, cooperação entre pares numa atitude de resolução conjunta de problemas.

2- O princípio teórico da ciência e da tecnologia: se se reconhece que o saber é um resultado progressivo das inovações e do desenvolvimento, há que aplicar esse saber numa melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas. É um dado que hoje em dia os resultados das investigações tecnológicas e das ciências sociais estão ao dispor das populações, e que a informação sobre a sustentabilidade dos recursos, e a execução dos processos, permitem elaborar projectos que claramente orientem a economia das acções.

3- O princípio da acção prática, ou seja, a capacidade de levar as acções no sentido dos pressupostos teóricos que as enformam; criar vontade de fazer, estimular a participação, orientar a actividade, estabelecer uma praxis. De acordo com este princípio, o jovem estudante é o protagonista do seu processo de aprender; não é um ser passivo que aguarda instruções, ou reprimendas, mas um construtor participativo num trabalho de conjunto. Os resultados do programa PISA "... mostram que os estudantes que estão motivados têm melhores resultados escolares do que os que não estão; e ter um projecto-base para trabalhar é uma enorme fonte de motivação (in <http://www.oecd.org/topic/0.3699.en.2649.35845621.1.1.1.1.37455.009>). Motivar tem uma importância crítica no processo do ensino, e não tem uma única estratégia. Contudo sabe-se que a criação de momentos experimentais e de debate colectivo, a possibilidade de oferecer situações abertas em que os sujeitos se relacionem com o objecto de análise, permite partilhar ideias, pensar e sentir, e enfrentar a realidade de forma a permitir a sua compreensão. Motivar pode ser, em última análise, colocar uma temática de forma a produzir uma emoção e dar um sentido a um conteúdo problemático.

2 - Práticas

A noção de património ganhou particular importância, e entrou no vocabulário quotidiano com a Convenção sobre a Protecção do Património Cultural e Natural, adoptada pela Conferência Geral da UNESCO de 16 de Novembro de 1972. A partir de então, pode afirmar-se que a atenção dos povos, governos e instituições passou a incluir preocupações sobre como usufruir dos legados do passado cujo valor fosse uma mais valia para as populações envolvidas. Um dos critérios definidos para inclusão em lista de património é o de "mostrar um intercâmbio importante de valores humanos, durante um determinado tempo ou numa área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitectura ou tecnologia, das artes monumentais, do planeamento urbano ou do desenho de paisagem".

Assim, ao longo dos anos, foi-se assistindo a uma pesquisa de campo no sentido de valorizar os aspectos que cada um, na sua circunstância, verificava serem de interesse patrimonial.

A preocupação inclui as escolas, em Portugal e em tantos outros países que assinaram a Convenção, como exemplos de boa adequação das necessidades sociais à arquitectura e estética de uma época, e ao respeito pelos valores de planeamento urbano e desenho da paisagem.

Dado que os edifícios escolares constituem uma referência da nossa memória colectiva, e precisamente porque servem um objectivo valioso em termos dos valores sociais de uma sociedade moderna, eles representam uma forma particular de Património, cuja importância se vai expressar em iniciativas de diversas índoles, desde a obtenção de classificação dos edifícios, de partes das instalações escolares (por exemplo, as bibliotecas) ou da organização de museus escolares até, recentemente, a organização de Clubes de Património nas escolas.

Surgem por todo o lado projectos de trabalho muito valiosos, como por exemplo: "O património arquitectónico escolar de Viana do Castelo, levantamento e identificação de edifícios antigos, etc.": gjb.cm-viana-castelo.pt/documentos/20081003163754.pdf, ou o da Câmara Municipal do Barreiro, in <http://www.cm-barreiro.pt/pt/conteudos/municipio/historia/patrimonio+edificado/>, que apresenta a classificação de todos os edifícios escolares do concelho preservados como património local.

E começam a proliferar, nas próprias escolas, e por iniciativa de orientações curriculares, os "clubes de Património" com objectivos tão latos como: "Entender mais, fruir melhor e com mais conhecimento da cultura em que está inserido; Contactar directamente com o património local e nacional, valorizando a cultura erudita e a popular; Desenvolver a sensibilidade estética; Aprender a valorizar e preservar o património local e nacional (construído, material, imaterial e natural); Envolver todos os elementos da comunidade escolar em algumas das actividades programadas: visitas de estudo, pesquisas, exposições nomeadamente outros professores, funcionários e encarregados de educação; Orientar os tempos livres dos seus elementos."

O Ministério da Educação que orienta e apoia as iniciativas das escolas também nesta matéria inclui, nas atribuições da sua Secretaria Geral que estas "... no âmbito do património da educação, dizem respeito à execução de uma política de identificação, tratamento, conservação e divulgação pública deste património histórico...". Embora a atenção e intervenção deste organismo se situe sobretudo na actividade museológica "... procedendo à recolha, tratamento, conservação e comunicação dos espólios arquivístico, bibliotecário, económico e museológico que deixaram de ser de uso corrente por parte dos organismos produtores," não deve subestimar-se a influência que essa instituição tem no desenho de projectos educativos de escola sobre o tema.

Contudo, um estudo das relações e do diálogo que uma comunidade educativa pode manter com os objectos e a sua preservação não tem sido muito evidente.

Sendo certo que, no mundo actual, e à escala planetária, a noção de desenvolvimento sustentável está presente na maioria das políticas nacionais, pelo respeito pelos recursos do Planeta e das condições económicas de uma geração e de um país resta perceber como, a um nível local, numa escola e numa comunidade muito específica, se podem estruturar práticas de preservação e conservação de bens materiais considerados valiosos, quer pelo seu valor objectivo, quer pela influência no desenvolvimento e enriquecimento pessoal e social, de todos e cada um dos alunos que a frequentam e da colectividade de pertença.

III - Objectivos do projecto de preservação e manutenção do património escolar

Os objectivos gerais do projecto são os de:

- Proporcionar meios e saberes de preservação de património pela comunidade educativa e escolar, dotando os utentes da escola de capacidade de intervenção e de metodologias de trabalho colaborativo.
- Promover o envolvimento dos estudantes, e o envolvimento da comunidade, na elaboração de normas, regulamentos e orientações sobre a preservação da escola.

São objectivos específicos:

- Contribuir para participação activa dos alunos no desenvolvimento de trabalhos de colaboração e acentuar as suas capacidades de intervenção social responsável e de auto-actualização;
- Inovar no processo de formação e informação dos alunos, dotando-os de espírito crítico e interventivo;
- Incluir como actores do processo não só professores e alunos, mas todos os membros da comunidade envolvente;
- Fomentar competências que permitam aos alunos a pró-actividade na preservação e cuidado do património escolar, e na valorização do meio em que vivem;
- Criar uma base de materiais de difusão, feita pelos próprios alunos, para disponibilizar a todos os utentes;
- Desenvolver e definir um modelo de gestão integrada da manutenção de Edifícios Instalações e Equipamentos Escolares (EIEE) aplicável a qualquer Estabelecimento de Ensino (EE) independentemente da sua dimensão;
- Diagnosticar os principais problemas relacionados com a prevenção e manutenção de instalações escolares;
- Definir metodologias e desenvolver acções no sentido de uma melhor intervenção da comunidade envolvente no processo de prevenção e manutenção de instalações escolares;

- Proceder ao levantamento da legislação em vigor no que se refere à manutenção das instalações escolares, propondo as eventuais alterações ou medidas legislativas adequadas;
- Proceder ao levantamento, em termos do Direito Comparado, da legislação e regulamentação nacional, com a de outros países da União Europeia e países de expressão portuguesa, e com o próprio Direito Comunitário;
- Aplicar alguns elementos do modelo a um caso real para servir de exemplo para aplicações reais; para efeitos da execução deste objectivo escolheu-se a Escola Secundária de Carcavelos.

IV - Desenvolvimento do projecto

Para atingir os objectivos propostos e apresentar uma orientação segura sobre boa gestão e conservação dos equipamentos e recursos há que desenvolver um conjunto de medidas e acções. Para tanto o projecto está estruturado em três sub-projectos, a saber:

Sub-projecto 1 - A gestão da manutenção dos EE: visão; missão; os objectivos e metas da manutenção

Este sub-projecto inclui:

- Enquadramento da gestão da manutenção no âmbito da gestão global dos EE.
- Abordagem estratégica da manutenção dos EE :porquê manter os EIEE; preservação do património; racionalização dos custos; segurança; organização de um ambiente propício à aprendizagem.
- Gestão da manutenção nas fases de projecto, construção e comissionamento (gestão inicial da manutenção).
- Inventariação e levantamento técnico : O CIBE-Cadastro e Inventário dos Bens do Estado; a base de dados dos EIEE.
- A documentação técnica da manutenção: o manual geral de manutenção do EE ; os manuais técnicos; restante documentação.

- O SIGM – Sistema Informático de Gestão da Manutenção: administração da manutenção.
- A auditoria aos EIEE: saber o estado da manutenção.
- Organização e estrutura da função manutenção nos EE: a responsabilidade pela gestão; a equipa interna do EE; os contratos de manutenção.
- O planeamento da manutenção: tipos de manutenção; as rotinas de inspecção.
- Desenvolver o programa de manutenção planeada.
- Criar e aprovar o orçamento de manutenção.
- Contratação, aquisições e gestão de peças e materiais de manutenção.
- Implementação e controle da execução do programa de manutenção.
- Avaliação dos resultados: os indicadores de desempenho (MTBF, MTTR) ;o controlo de custos; auditorias; relatórios.
- Qualidade da manutenção e melhoria contínua.
- O papel dos professores, alunos e outros intervenientes na manutenção dos EE: os 5S; as vistorias internas; o benchmarking.

Sub-projecto 2 - Formação e capacitação de agentes activos

Este sub-projecto inclui não só professores e alunos, mas de toda a comunidade envolvente, tanto nos aspectos que promovem a familiarização com os processos inovadores de gestão e manutenção, como também nas possibilidades e propostas metodológicas que surgem a partir dos trabalhos de gestão de processos. A saber:

- Escolha e Caracterização da escola;
- Levantamento do património existente: descritivo de instalações, bibliotecas, laboratórios, refeitórios, espaços específicos (ginásios, campos de jogos, etc), equipamentos, equipamentos electrónicos e informáticos e outros, materiais didácticos, mobiliário, espaços ajardinados, etc.;
- Elaboração de programas de acção de formação das comunidades alvo: organização de conteúdos compreensíveis e vinculados ao contexto sócio-cultural; motivação, factor imprescindível para iniciar qualquer processo;

- Elaboração de materiais de divulgação e informação (folhetos e documentos orientadores);
- Realização de seminários e debates temáticos: seminários de informação/formação destinados a todos os agentes educativos da escola; seminários e *workshops* direccionados para grupos alvo; capacitação de grupos de intervenção activa no contexto escolar.
- Realização de um Concurso Escolar, com o objectivo de produzir materiais multimédia e de divulgação extra muros.

Sub-projecto 3 - Identificação da legislação nacional em vigor sobre preservação do património escolar público

Versa o objecto da presente colaboração, nesta primeira fase, a identificação da legislação em vigor sobre o tema em referência, pelo que cuidar-se-á, neste trabalho, essencialmente das referências normativas na sua componente patrimonial (de edifícios e equipamentos), delimitando-se esta, sempre que possível, à respectiva exposição.

Tal objecto não será contudo perceptível sem uma abordagem, ainda que sumária, às traves basilares do quadro legislativo nacional, enformador da temática da educação para, a partir dessas, promover o enquadramento da questão da conservação, manutenção e gestão dos bens móveis e imóveis colocados, genericamente, pelo Estado, ao serviço do ensino.

Pela pesquisa desenvolvida reconhece-se que aquele quadro assenta essencialmente na regulamentação de três vertentes:

- A humana: alunos, pessoal docente, não docente e família (pais e encarregados de educação);
- A curricular: conteúdos programáticos dos diferentes níveis de ensino, que orienta a organização e a gestão curricular, bem como a avaliação da aprendizagem e do processo de desenvolvimento, que integra as áreas curriculares disciplinares e não disciplinares e a respectiva carga horária semanal;
- A material: edifícios e equipamentos escolares, neste se englobando, grosso modo os recursos pedagógicos ou educativos.

Da conciliação ou visão integrada destes três prismas resulta a definição do "sistema educativo" tal como surge na respectiva Lei de Bases¹ – "o conjunto de meios pelos quais se concretiza o direito à educação, que se exprime pela garantia de uma permanente acção formativa orientada para favorecer o desenvolvimento global da personalidade, o progresso social e a democratização da sociedade. (...) Desenvolve-se segundo um conjunto organizado de estruturas e de acções diversificadas, por iniciativa e sob responsabilidade de diferentes instituições e entidades públicas, particulares e cooperativas."

V- Produtos esperados

Os três sub-projectos decorrem de forma interligada e em simultâneo.

Com o sub-projecto 1 espera-se a elaboração de uma brochura orientadora que contenha os seguintes aspectos:

- Introdução;
- Aspectos conceptuais sobre manutenção do património escolar;
- Um modelo de gestão integrada do património escolar;
- Aplicação do modelo à escola de Carcavelos;
- Referências bibliográficas;
- Conclusões;
- Elaboração de cartazes de divulgação;
- Prospectos para distribuição e convite à acção dos utentes, moradores, etc.

Com o sub-projecto 2 far-se-á uma reflexão sobre a temática, da sua forma teórica e da sua prática; neste sub-projecto dá-se relevância à participação de todos o público alvo, e à construção de metodologias de intervenção activa, trabalhando em áreas como:

- Estudo do meio e trabalho de consciencialização individual: o que nos rodeia e como é que somos responsáveis pela sua preservação e sustentabilidade; o que é o nível familiar, o nível da escola, da classe, do grupo; a descrição do que cada um sente relativamente ao àquilo que utiliza, etc.;

¹Lei de Bases do Sistema Educativo – Lei 46/86, de 14 de Outubro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.ºs 115/97, de 19 de Setembro, 49/2005, de 30 de Agosto e 85/2009, de 27 de Agosto.

- Descrição e análise da realidade mais próxima: a escola e a sua funcionalidade; a caracterização da escola e do sua localidade de pertença; aspectos positivos e negativos da atitude face ao que é próximo;
- Preparação do concurso de ideias a nível escolar.

Com o sub-projecto 3 identificam-se os aspectos legislativos e a sua pertinência face ao projecto total.

VI- Apresentação pública dos produtos

Nas conclusões serão apresentadas recomendações sobre legislação e regulamentos aplicáveis, bem como sobre actividades formativas quer para as comunidades, quer para os actores escolares.

VII- Estrutura organizativa

Para desenvolvimento deste projecto serão constituídos três grupos de trabalho intersectoriais, a saber:

- a) Um grupo constituído por engenheiros, para execução do sub-projecto 1, que se ocupará da temática da construção sustentável, gestão e manutenção dos espaços escolares, tendo em conta factores como: a manutenção preventiva e correctiva; os tipos de manutenção; o planeamento da manutenção; a caracterização do ciclo de vida de instalações e equipamentos. Os elementos deste grupo serão técnicos das empresas do consórcio, e por este designados. A coordenação deste grupo será da responsabilidade de elemento a designar pelo consórcio.

b) Um grupo com especialistas da educação, e pessoas singulares, para a execução do sub-projecto 2, desenvolvendo as actividades necessárias a cada área de investigação, e que se ocupará da interligação da comunidade e da escola na preservação e manutenção do património escolar, bem como das medidas legislativas e regulamentares conexas, incluindo estudos comparados. Serão objecto deste grupo os aspectos de envolvimento das comunidades em presença - professores, pais e associações de pais, moradores e associações de moradores.

c) É um grupo para execução do sub-projecto 3, para elaboração e análise da legislação sobre a matéria.

A estes grupos juntar-se-ão valências de instituições universitárias e de investigação e as pessoas singulares necessárias ao seu desenvolvimento.

VIII - Plano de acção

Fase 1- Constituição dos grupos de trabalho, podendo prever-se a formação de subgrupos específicos, se necessário; reuniões de grupo, definição das interligações metodológicas, e dos aspectos da comunicação inter-grupos e participantes do projecto; início da formulação da proposta pedagógica; distribuição de tarefas.

Calendário 1º trimestre: fase de preparação

Conceito/semanas	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3
Coordenação e seguimento			
Reuniões gerais de preparação metodológica			
Formulação da proposta pedagógica			
Distribuição de tarefas			

Fase 2- Início das actividades de campo: caracterização da escola e seu envolvimento no projecto, e identificação dos locais de investigação; início das actividades na escola; identificação das valências e instituições activas da comunidade; identificação das necessidades formativas; elaboração das campanhas de publicidade e difusão do projecto no meio escolar e envolvente.

Calendário 2ª trimestre

Conceito/semanas	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3
Coordenação e seguimento			
Início das actividades de campo			
Processo de envolvimento de escola			
Envolvimento da comunidade			
Trabalhos de divulgação do projecto			

Fase 3- Desenvolvimento das actividades previstas, recolha de informação; início da difusão; incremento da contribuição das escolas para a elaboração de formatos multimédia; o jornal de escola , a rádio escolar.; programas de sensibilização e formação; criação de um fórum temático e de um blogue;

Calendário 3º trimestre

Conceito/semanas	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3
Coordenação e seguimento			
Recolha de informação			
Lançamento das actividades na escola(rádio, etc)			
Programas de sensibilização inter e extra muros			
Avaliação do progresso			

Fase 4- Continuação do programa de acções de sensibilização e formação; elaboração dos documentos orientadores; preparação do concurso (gincana); difusão dos resultados do projecto; avaliação dos resultados; definição das linhas de continuidade e manutenção do fórum e de um blogue.

Calendário 4º trimestre

Conceito/semanas	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3
Coordenação e seguimento			
Elaboração dos documentos orientadores			
Divulgação de processos			
Difusão e apresentação de resultados			
Avaliação			

IX- Intervenientes no projecto: identificação e descrição das responsabilidades²

Coordenadora Geral

Ana Nestal Roque

Coordenadores de sub-projectos

Ana Nestal Roque

José Rodrigues da Silva

Luísa Marques da Silva

Equipa de engenharia³

Vasco Filipe de Sousa Mesquita

Eduardo Santos de Castro Azevedo

Fernando Bruno Martins Oliveira

Eugénio Meireles Magalhães

Eurico Miguel Mendes Peixoto

José Luis Canelas Abrambres

Nuno Jardim Aleixo

Luis Miguel Almeida Rodrigues

José Rodrigues da Silva

Equipa jurídica

Luísa Marques da Silva

Raul Leitão

Anabela Costa Pouseiro

Lurdes Coutinho

Patrícia Bettencourt

² Currículos: Ver anexo 1.

³ Serão adstritos ao projecto outros engenheiros das empresas do consórcio, ainda não designados, conforme estiverem disponíveis e considerando que o projecto se desenrola ao longo de um ano pelo que poderão ocorrer modificações na equipa definida.

Equipa pedagógica

Ana Nestal Roque

Manuela Ferreira

Sergio Costa Araújo

A.L.E.M, associação para a literacia, educação e mediação

Cada instituição/participante ficará responsável pelas suas actividades, cabendo-lhes, genericamente:

- Participar nos preparativos necessários à realização do projecto em campo;
- Ajudar a escola e os parceiros na definição dos planos de acção;
- Organizar as sessões com professores, alunos e comunidade;
- Fazer os relatórios de progresso;
- Fazer as apresentações respectivas em reuniões e demais encontros científicos.

X -Resultados e produtos

Baseado numa filosofia de participação inter-pares, espera-se que os resultados possam ser difundidos em outros ambientes educativos e escolas do país. Através de um fórum , aberto a todos os participantes, manter-se-á activa a discussão temática, esperando-se contributos alargados a outras escolas e instituições. Um blogue permitirá também uma interacção construtiva, salientando aquilo que se faz, e obtendo uma comunicação dialógica com outros centros, experiências e sensibilidades.

Para além disso produzir-se-ão matérias de difusão do projecto, acessíveis a toda a comunidade e transferíveis para outras comunidades de interesses comuns.

Produzir-se-á um manual técnico de orientação das formas de gestão integrada e sustentável dos equipamentos e espaços educativos.

XI - Encargos financeiros

PREVISÃO ORÇAMENTO FINAL

DISTRIBUIÇÃO DE ENCARGOS POR GRUPO DE ACTIVIDADE

TRABALHO DO GRUPO DE ENGENHARIA – SUB PROJECTO 1 :

ENGENHEIROS DAS EMPRESAS DO CONSÓRCIO: 220.000,00 EUROS

INVESTIGADORES EXTERNOS: 15.000,00

TRABALHO DO GRUPO SOCIOLÓGICO – SUB PROJECTO 2 :

INVESTIGADORES EXTERNOS: 15.000,00

TRABALHO DO GRUPO JURIDICO-LEGAL – SUB PROJECTO 3 :

INVESTIGADORES EXTERNOS: 15.000,00

DESPEAS E ENCARGOS COM COORDENAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA ACTIVIDADE DOS SUBPROJECTOS

COLABORADORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS: 5.000,00

- Para efeito de valorização do trabalho a desenvolver foi considerado o valor de 80,00 euros por hora de trabalho dos investigadores externos e a valorização horária dos colaboradores internos das empresas consorciadas em 75,00 euros por hora de dedicação.
- Os colaboradores externos serão remunerados directamente pelas empresas do consorcio, ou através de entidade terceira com a qual o Consorcio fará um Protocolo com esse objectivo

XII - Contactos

Ana Nestal Roque : ananestaltroque@yahoo.com

José Rodrigues da Silva: jparsilva@sapo.pt

Anexo 1 - Encargos financeiros

Anexo 2 - Currículos Vitae